



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 5 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas.

No quadro da análise na especialidade das Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2015, a 3.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) auscultou o Sr. Ministro da Justiça e Direitos Humanos, relativamente ao orçamento do seu Ministério. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Justiça e Direitos Humanos (Roberto Raposo) e das Finanças e da Administração Pública (Américo Ramos)

e dos Directores do Orçamento (Ginésio da Mata) e da Administração e Finanças do Ministério da Justiça e Direitos Humanos (Felisberto Bragança), os Srs. Deputados Jorge Correia (PCD), Ângela Pinheiro (ADI), Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD), Carlos Correia (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Pedro Carvalho (ADI), Salvador Afonso (ADI) e Esmael da Glória (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, Srs. Deputados: Vamos dar início aos nossos trabalhos de discussão, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE). Hoje temos na agenda o orçamento dos Ministérios da Justiça e Direitos Humanos, da Administração Interna e da Economia e Cooperação Internacional.

Obrigado Sr. Ministro da Justiça por ter comparecido à sede da Assembleia Nacional.

Debatido e aprovado, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano baixaram à especialidade.

A presença do Sr. Ministro aqui é no sentido de dar a conhecer aos Srs. Deputados as acções do seu Ministério, previstas nas GOP e no OGE. Por isso, convido-lhe a usar da palavra para apresentar as grandes acções que o Sr. Ministro apresenta no seu orçamento e que fazem parte do plano do seu Ministério.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos** (Roberto Raposo): — Antes de mais, gostaria de cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados e também o Sr. Ministro das Finanças. Para mim é de uma enorme importância estar aqui para dar aos Srs. Deputados os esclarecimentos que forem necessários, para conseguirmos levar adiante o instrumento que é fundamental para acção governativa e para o desenvolvimento do nosso país.

Estes documentos foram aprovados recentemente na generalidade e isto significa que hoje estamos aqui, na especialidade, a analisar a sua objectividade e ver aquilo que constitui as Grandes Opções do Plano e o próprio Orçamento Geral do Estado.

Relativamente ao orçamento do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, quero dizer aos Srs. Deputados que o espírito que norteou as Grandes Opções do Plano e o próprio Orçamento Geral do Estado é bastante claro, no sentido de que entendemos que deve ser assim aprovado, porquanto o Governo pretende com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos levar avante a reforma do sector da Justiça, e essa reforma só poderá ser concretizada se efectivamente tivermos o instrumento necessário, que é o Orçamento Geral de Estado, para iniciar esta reforma no sector da Justiça.

Sras. e Srs. Deputados, fico por aqui e se existir alguma dúvida ou algumas alterações que Vossas Excelências, no vosso douto critério, assim entenderem, estarei aberto a explicar e a sugerir outras ideias.

No essencial, quero dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que a aprovação destes documentos, Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado, recentemente espelha as acções que estão inseridas no Programa do Governo, relativamente ao sector da Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados membros da Comissão e outros Srs. Deputados presentes podem intervir, no sentido de solicitar esclarecimentos no tocante à matéria da Justiça e dos Direitos Humanos.

Sr. Ministro, hoje a questão da violência doméstica e a violação de menores constitui preocupação para o Governo e este tem estado a lançar algumas campanhas de sensibilização para a mudança de comportamentos, mas isso só não é suficiente para poder incutir na mente dos são-tomenses a mudança completa desse flagelo que assola a nossa sociedade.

É para nós estranho que o Governo não perspetive, nem nas Grandes Opções do Plano nem no orçamento, alguma verba destinada à prevenção desses dois flagelos. Olhando para o orçamento do Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica, só há verbas para o seu funcionamento e mais 52 milhões de dobras para o ensino e formação. No que toca à questão de prevenção não encontramos no orçamento. Quer isso dizer que essa acção se enquadra em outras acções com alguns outros parceiros, onde do orçamento podemos encontrar isso?

Tem a palavra a o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos: — Quer felicitar o Sr. Presidente por esta preocupação que de facto é actual, a questão da violência doméstica, e quando se fala da violência doméstica permita-me que eu dê a minha opinião pessoal sobre este tipo de crimes.

Acho que relativamente à questão da violência doméstica, falou sobre a prevenção de crime e apontou a insuficiência do ponto de vista da cabimentação e de alguma disponibilidade orçamental para isso, quero dizer-lhe que desde o momento que as Grandes Opções do Plano prevê a credibilização externa como um dos eixos do desenvolvimento do País, está aqui do ponto de vista genérico a ideia de que é preciso credibilizar o nosso País para atrair os investimentos estrangeiros. Qualquer que seja o crime, não só a questão da violência doméstica, é preocupação do nosso Governo. Daí que está de facto orçamentado e cabimentado o processo de reforma de sector da Justiça e, nesse caso em concreto, a reforma legislativa. Ora, está dentro da visão estratégica do Governo o combate e prevenção à criminalidade.

Para responder concretamente à sua pergunta, Sr. Presidente, entendemos que, de facto como Vossa Excelência quase já deu a resposta, dentro do âmbito da cooperação bilateral que temos com os nossos parceiros, de facto há essa preocupação e temos algumas ideias de que essas acções relativamente à violência doméstica está inserida no apoio que iremos provavelmente manter com os nossos parceiros internacionais, no sentido de prevenir esse tipo de criminalidade. Srs. Deputados, a prevenção deste ou doutros crimes, fica também inserida naquilo que entendemos ser a ideia da prevenção da criminalidade.

Entendemos que a prevenção da criminalidade começa na educação e é por isso que há um enorme investimento também no sector da Educação, para informar as pessoas sobre essa problemática. Não só na educação, mas também há a reforma do sector da Comunicação Social, que é a televisão. O facto de o Governo inserir no seu orçamento uma verba relativa ao sector da Comunicação Social é também na perspectiva de sensibilizarmos e informarmos as pessoas. Já começamos uma campanha de sensibilização na rádio e televisão, já há a prevenção deste tipo de crime a ser iniciado, Sr. Deputado.

É isto que tenho e que posso oferecer, espero ter sido suficientemente esclarecedor na resposta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Trago algo que não é uma pergunta directa, mas uma preocupação e gostaria de pedir algum esclarecimento, no sentido de reflectir melhor. Temos uma questão há muitos anos e está relacionada com o transporte de reclusos. Vejo aqui uma verba e não sei se o Sr. Ministro estaria em condições de dizer-nos o que se gastou no ano passado, porque aqui diz: «300 milhões de dobras para o transporte de reclusos, Príncipe/ São Tomé e vice-versa».

É algo que já ouvi e estive num fórum em que se discutiu bastante esta problemática e constitui perigo, quer para os agentes, quer para a própria a tripulação do avião e toda gente que faz parte. O que é que se pensa desta questão de transporte de reclusos? Vai continuar ou vai-se, dentro em breve, encontrar forma para que a questão seja resolvida mesmo na ilha do Príncipe?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos: — Agradeço o Sr. Deputado pela boa pergunta que fez. De facto, a questão é essa e concordo com a pergunta e essa preocupação que tem, mas é mesmo característico da nossa insularidade. Haverá sempre a necessidade, em determinadas circunstâncias, de continuarmos a ter essa situação, mas nas Grandes Opções do Plano deste Governo, que foi aprovada, temos uma opção clara para a resolução deste problema.

Qual será? Será avançarmos futuramente para a criação, na Região Autónoma do Príncipe, de um estabelecimento prisional. Quando isto for feito, talvez evitaremos essa situação. Temos para a execução do Orçamento 6 a 8 e é verdade que não seria possível, dentro das prioridades das prioridades, a construção de um estabelecimento prisional no Príncipe este ano, mas dentro das GOP e da perspectiva ao longo prazo, pensamos sim, Sr. Deputado, avançar para a solução definitiva deste problema, que passaria pela criação, na Região Autónoma do Príncipe, de um estabelecimento prisional e evitaríamos essa situação. Para este ano, enquanto não se consegue construir, temos que ter esta solução de transporte,

como já vem sido hábito, sobretudo quando temos que os transportar para o cumprimento da pena. Agora, o que melhoramos e vamos melhorar é o caso do primeiro interrogatório do arguido. Pensamos que o primeiro interrogatório será feito no Príncipe com ida dos magistrados à Região Autónoma do Príncipe. Portanto, temos que avançar para que efectivamente no Príncipe tenhamos procuradores e juizes a residirem, para evitar que haja esse gasto com o transporte de reclusos para São Tomé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se tem noção de quanto se gastou no ano passado nessa rubrica.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Por acaso não tenho aqui um estudo comparativo do ano passado, mas a verba é a mesma. Confesso que não tenho. Está aqui o Sr. Director Administrativo e Financeiro, não sei se é permitido esclarecer isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — É verdade, esta verba de transporte de reclusos só poderá ser utilizada para essa finalidade, em conjugação com os Tribunais, porque a ideia é que quando se agenda um julgamento no Príncipe, faz-se o transporte de reclusos que estão cá detidos na Cadeia Central, para irem presenciar o julgamento no Príncipe.

No ano passado, não houve esse expediente. O que aconteceu é que tínhamos um problema. Com essa crise de energia, na Cadeia Central não havia um gerador eléctrico, então o Governo usou esta verba para adquirir um gerador.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Só ainda para reforçar que em termos comparativos do orçamento do ano passado, são 300 milhões de dobras e este ano mantivemos o mesmo valor.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta que o Sr. Deputado Jorge Correia colocou, se entendi bem, é se o Sr. Ministro teria a noção de quanto foi utilizado no ano passado, a execução da programação do ano passado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sim, mas houve uma resposta. No ano passado, programou-se 300 milhões de dobras, mas não se utilizou. Foi usado posteriormente para a compra de um gerador para a Cadeia Central. Foi isso que disse o Sr. Director do Orçamento e está explicado. Agora, o que estou a dizer é que espero que não venha a ser necessário transportar reclusos. Esperemos que para este ano não haja a necessidade de transportar reclusos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a explicação dada pelo Sr. Director do Orçamento é que os Tribunais é que não fizeram os expedientes para que houvesse lá o julgamento. Claro que há situações pendentes que requerem a resolução imediata, mas só que não houve expediente neste sentido. Não se utilizou a verba e reafectou-se a mesma para a aquisição do gerador, pelo que eu entendi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Encontro-me ultrapassada. Era isso que eu ia dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Obrigado pela explicação. Já agora, pedimos ao Sr. Ministro da Justiça que tudo faça para que efectivamente as coisas entrem nos caris próprios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro da Justiça, Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, Srs. Deputados: Tomo a palavra para levantar algumas preocupações que têm a ver com a problemática da criação de empresas na Região Autónoma do Príncipe.

Sabe-se que há indicações vindas do serviço central do Guiché Único que proíbe o Registo e Notariado da Região de formalizar a criação de empresas, transferindo todos esses procedimentos para o Guiché Único para as empresas, mas a verdade é que na Região Autónoma do Príncipe não há nenhuma delegação do Guiché Único para a criação de empresas e não vejo no Orçamento, nem nas Grandes Opções do Plano, verbas ou iniciativas que possam, num futuro mais próximo, considerar essa questão de criação de empresas. A verdade é que pode ser que o fluxo de empresas que são criadas no Príncipe não justifique que haja uma delegação do Guiché Único, mas penso que, através das novas tecnologias de informação, se pode criar mecanismos para que, a partir do Príncipe, através de algum formulário em rede, se possa preencher os documentos e junto ao serviço central do Guiché Único resolver a situação. Porquê? Porque as pessoas gastam 5 a 6 milhões de dobras para saírem do Príncipe e virem para São Tomé só para formalizarem empresas.

Todos nós sabemos que o Governo elegeu a Autoridade do Estado como uma das bandeiras da sua governação, mas na Região Autónoma do Príncipe não se sente isso, porque há ao nível da Polícia de Investigação Criminal (PIC) falta de recursos e dos meios rolantes para fazer operações, quando há a necessidade, por isso é que o responsável da PIC usa uma motorizada, às vezes fora do horário normal do expediente, à noite, para fazer operações que, na minha opinião, configura algum perigo para a própria integridade do agente. Vejo no orçamento uma dotação no valor de 1.000.000.000,00 (mil milhões de dobras) para a aquisição de meios rolantes e queria saber se esse meio também vai beneficiar, ou seja, se a Região Autónoma do Príncipe será contemplada com uma viatura, para o bom funcionamento da Delegação da PIC.

O Sr. **Presidente**: — Tem a Palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Boa pergunta, Sr. Deputado! De facto, a Região Autónoma do Príncipe é São Tomé e Príncipe. Nas GOP um dos eixos deste Governo é de facto atrair o investimento estrangeiro e a luta contra o desemprego também constitui um dos grandes eixos da visão estratégica do Governo e a Região Autónoma do Príncipe, em termos de turismo, infra-estruturas e ajuda ao desenvolvimento do País, é fundamental, sobretudo na perspectiva da criação de negócios.

Quanto à pergunta que me fez, Sr. Deputado, que se prende com o custo e a morosidade na criação de empresas na Região Autónoma do Príncipe, encontra resposta quer nas GOP, quer no OGE que foi aprovado. Desde o momento que for cabimentada a verba para a informatização do sector do Registo e notariado, entendemos que com a informatização será possível ter, na Região Autónoma do Príncipe, se faça também de forma mais célere aquilo que é feito hoje pelo Guiché Único e não só isso.

É também política do Governo a descentralização dos serviços dos Registos e Notariado e também do próprio Guiché Único. Nessa perspectiva, iremos agir e quero dizer ao Sr. Deputado que tomei com certeza uma nota muito boa da preocupação que aqui levantou e de facto será uma prioridade nossa fazer tudo para que haja a descentralização na Região Autónoma do Príncipe, relativamente a criação de empresas, uma vez que de facto é e constitui as Grandes Opções do Plano deste Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro desculpe, mas nas dotações para as duas instituições e duas unidades gestoras, quer para o Guiché Único para empresas, quer para os serviços dos Registos e Notariado, não estou a ver verba nenhuma para a informatização dos serviços. Se por acaso me puderem indicar a página...

Uma voz: — Página 15 de 48.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Ok, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia.

Trago uma preocupação, mas antes gostaria de fazer uma espécie de alerta, em termos de experiência. Pensamos que sabemos tudo que se passa nos nossos sectores, mas muitas vezes não estamos muito por dentro.

Começaria por dizer ao Sr. Ministro, não sei se consta como verdade, mas tive informações de que em um dos sectores que Vossa Excelência dirige já se admitiu uma faixa de 29 estagiários, em tão curto espaço de tempo. Não vou entrar ainda em detalhes, mas deixo só essa informação a ser confirmada, porque se efectivamente for, levanta-se o problema de pagamento desses estagiários.

O que pergunto agora tem a ver com as obras que se está a fazer ao nível da Direcção-Geral dos Registos e Notariado. Sei que está em obras, porque passo e vejo, mas procurei no orçamento e não vi nenhuma referência àquela obra. Não sei se existe uma outra modalidade de pagamento. Se existe, quais são os mecanismos de controlo que nós, enquanto Deputados, podemos nos socorrer, para acompanhar a execução dessas obras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, acho que a primeira preocupação não foi uma pergunta.

Relativamente à questão que colocou sobre as obras, não sei se posso, mas segundo me parece algumas obras foram iniciadas pelo governo que Vossa Excelência fez parte. Quero aqui felicitá-lo, enquanto membro daquele governo, pelo facto de ter iniciado algumas obras, relativamente àquele sector, sobretudo os Tribunais. Quer dizer que algumas delas se enquadram na continuidade de Estado, mas de qualquer das formas tenho aqui o Director da Administração e Finanças (DAF), é alguém que também desempenhou esta função no anterior governo, não sei se é possível ele dar também algum esclarecimento sobre essas obras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director.

O Sr. **Director da Administração e Finanças do Ministério da Justiça e Direitos Humanos** (Felisberto Bragança): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputado, bom dia.

Para informar que esse projecto efectivamente é um projecto de continuidade e está inserido na reabilitação que vem sendo feita desde o ano passado. Essa verba foi inicialmente afectada aos encargos gerais do Estado e acreditamos que ela vai ter o seu processamento nessa óptica.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Tenho mais que agradecer ao Sr. Ministro por ter felicitado e feito menção à continuidade, mas é que realmente é algo que me preocupa. Não tutelei aquela pasta e embora tenha sido membro do governo há coisas que me possam ter escapado.

No nosso São Tomé e Príncipe, a nossa pequenez geográfica e demográfica, às vezes cria-nos alguns constrangimentos, porque sabemos tudo, ouvimos tudo e o que fica faltando é a certeza dos factos. Por isso, não se pode trazer o «*fla tendê*», mas gostaria de lhe dar, não sei se vale dizer um conselho, quem sou eu para lhe aconselhar, Sr. Ministro, mas deixá-lo com essa missão: às vezes, quando tutelamos um ministério, se a coisa corre mal, a primeira pessoa que apanha somos nós.

Num país como o nosso, sempre digo às pessoas que temos que ter muito cuidado, porque cada um, desde o técnico mais baixo até o do topo, se apronta, diz que o ministro tal é que aprontou. Isso é para lhe dizer que, sobre aquela obra, tive informações que foram adquiridos alguns materiais e estou a tentar buscar informações, por isso está no «*fla tendê*».

Quanto à questão dos estagiários, não fui contar em alguns sectores que me disseram, mas que existem, existem, já há mais de 29 estagiários. Acho que é exagerado, porque depois vem a questão do pagamento, enquadramento e por aí adiante. Tem que se ter algum cuidado com essas questões, Sr. Ministro. Fica o apelo.

Embora não tenha sido uma pergunta, se Vossa Excelência quiser nos brindar com alguma informação, caso for do seu conhecimento, agradecemos. Se não, respeitamos a sua posição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a questão é pertinente. Quer fazer algum comentário?

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — O Sr. Deputado ainda não tem informações concretas sobre a questão, portanto, não podemos comentar especulações. Se houvesse efectivamente certeza factual do comentário que fez, tudo bem. Agora, tomo a sua preocupação com uma enorme importância, aliás, é um conselho. Na nossa gíria, costumamos dizer que «o conselho nunca é demais». Podemos ouvir os conselhos e estar atentos. Vou tomar esta informação como algo que vou averiguar e tentar saber o que de facto existe e depois tomar alguma medida. Mas permita também que lhe diga aqui alguma coisa sobre isso.

O facto de se admitir estagiários nos serviços, do ponto de vista legal, não há nenhum tipo de inconveniência. Portanto, não é ilegal admitir-se estagiários na Administração. O que de facto pode constituir preocupação, primeiro, é se existir encargos ao erário público. O que a lei impõe é as contratações dentro da Administração Central do Estado, o que obedece a regras: concurso público e cabimentação orçamental. Estagiário é estagiário e, na minha opinião, desde o momento que ainda não está inserido na estrutura administrativa do Estado, não está nomeado como funcionário nem agente do Estado e não acarreta qualquer custo ao erário público, vale uma perspectiva de o próprio cidadão aprender

a ajudar com a boa vontade. Em abono da verdade, alguns jovens fazem isso sem qualquer tipo de gratificação e de facto é uma preocupação realmente que se deve ter em atenção. Do ponto de vista legal, não sei se há uma lei que regulamenta a actividade dos estagiários e do trabalhador estudante. Mas isso não é uma matéria que estamos aqui a analisar e também não foi uma pergunta do Sr. Deputado. De qualquer das formas, vou tomar esta intervenção do Sr. Deputado como um conselho e quero agradecer por isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, toda a população de São Tomé e Príncipe e a comunidade internacional sabe que temos uma Justiça com alguma fragilidade, daí que há vários aspectos que andam à volta dessa “fragilidade”. Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro como fará para colmatar a questão da má gestão dos poucos recursos que existem em todas as instituições do Estado, particularmente nas instituições que o Sr. Ministro é responsável.

Falo dos Tribunais, do Ministério Público, da PIC e de outros organismos, porque nas grandes linhas de orientação de facto há questões, nas GOP, que faz referência a reorganização dos serviços administrativos, reforço de meios rolantes e materiais, mas queria fazer só um reparo. Na minha opinião, há má gestão também por parte das DAF dos serviços que fazem parte da Justiça. Acho que de facto há muito poucos recursos, mas como cidadão fico indignado em saber que um cidadão, após cumprir a sua pena, às vezes vai ao Tribunal e o Tribunal não tem sequer tinteiro para os funcionários lavrarem o processo da sua soltura, coisa do género e se vai ao Ministério Público há falta de papéis.

Acho que não há recursos sim, mas também não acredito que não haja recursos para se comprar papéis, tinteiros e coisas básicas com regularidade, coisas que não custam tanto dinheiro, mas um cidadão comum, a olho nu, vê outras acções que esses serviços fazem que custam balúrdios. No fundo, a justificação é que nunca há condições financeiras, mas há muitos desses serviços que, por terem alguma autonomia, têm receitas próprias, embora mínima. A minha pergunta é: qual é a metodologia que o Sr. Ministro irá utilizar para colmatar essa questão? Uma questão que, na minha opinião, não é problema de falta de recursos, mas sim muita má gestão da coisa pública, em muitos serviços das instituições que Vossa Excelência dirige.

O Sr. Ministro que me corrija se estiver errado, mas acho que há muito disto, porque também já estive na Administração Pública. Sei que nunca há dinheiro, mas coisas básicas como papel e tinteiro, para que a instituição possa funcionar com regularidade, tenho a certeza que as Finanças põem sempre à disposição esse mínimo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Muito obrigado Sr. Deputado pela excelente pergunta que colocou. Quero dizer que nós, enquanto Governo, e eu particularmente enquanto Ministro da Justiça e alguém que conhece um bocadinho o Sector da Justiça, os Tribunais e o Ministério Público, vamos precisar de nos juntarmos, o Governo, a sociedade civil e os Deputados. Os Deputados nessa vertente terão um papel fundamental, de forma a podermos resolver esta questão.

De facto existe, no Programa do Governo e nas GOP, a visão estratégica que temos para os Tribunais e uma delas é exactamente esta, toca no aspecto essencial de que é preciso duas premissas. Primeiro, é que do ponto de vista legal, quer o Estatuto dos Juizes, quer do Ministério Público, têm autonomia administrativa e financeira. Têm autonomia e têm também o Conselho de Administração e esses órgãos têm a sua autonomia dentro da estrutura constitucional do País. Os Tribunais, órgão de soberania, têm autonomia e têm toda a independência na gestão administrativa e financeira, mas não é essa a premissa maior. Se me permite, dou a minha opinião com a reserva de estar inserido nas GOP.

Na minha opinião, há aqui uma discussão que temos que lançar com ajuda dos Deputados, dos magistrados, nessa perspectiva: os juizes devem ou não continuar a gerir o dinheiro? Os juizes podem ser gestores? Os procuradores podem ser gestores? A minha opinião é que não. Entendo que a gestão financeira deve ser feita pelos gestores, mas infelizmente temos uma lei aprovada pela Assembleia Nacional que permite que a gestão administrativa e financeira possa ser feita pelos juizes.

É verdade que hoje os juizes fazem a gestão, julgam, gerem, procuradores promovem e julgam. Tenho a minha opinião que não, que os juizes devem cingir-se exclusivamente à função de julgar, esta função internacional de dizer direito, pura e simplesmente, e deixar a gestão para os gestores, mas essa é uma discussão, Sr. Deputado, que poderemos, no momento oportuno, levantar adiante, no âmbito da reforma legislativa que pretendemos levar a cabo.

Por outro lado também, é exactamente o modelo de gestão que é atribuído aos Tribunais. Sabe que em noventa e pouco, muitos anos atrás, a antiga lei conferia que a gestão dos cofres dos Tribunais era feita pelo Ministério da Justiça. É o Ministério da Justiça que fazia a gestão dos fundos dos Tribunais, mas o legislador entendeu que devia haver uma desanexação, ou seja, pelo facto de os Tribunais terem a sua

autonomia, tiraram a gestão que era feita pelo Ministério da Justiça e entregaram-na aos Tribunais. É a lei, é o que temos, mas acredito que é meritória a preocupação que levanta o Sr. Deputado, de facto é necessário o Governo, a sociedade civil e os Tribunais reflectirem profundamente sobre essa questão, no âmbito da reforma legislativa que temos, nesta alteração sobre o modelo de gestão que deve ser atribuído aos Tribunais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Estou a ver aqui na rubrica da Direcção Geral dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social, «combustíveis e lubrificantes, 45 milhões». Honestamente, acho que esse valor parece pouco. Do que se vê, o sobe e desce daquela carinha, ir buscar lenha, por aí adiante, não sei se esse valor se mostra suficiente.

É uma preocupação, daí que se houvesse alguma forma de melhorar esse valor, seria até bom para que o Sr. Ministro conheça dias mais tranquilos, não recebendo telefonemas do director de que o combustível acabou. É só um conselho que deixo, se houver alguma possibilidade de alterar esse valor. Claro, aumentando é sempre melhor.

O Sr. **Presidente**: — Com a anuência do Ministro das Finanças, tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento**: — Na página 17 de 48, há outros serviços que compõem a Direcção Geral dos Serviços Prisionais: a Direcção dos Serviços de Apoio a Logística, Direcção de Serviço de Segurança e Vigilância, Direcção de Serviço de Reinserção Social, tudo isso compõe os serviços prisionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, a minha preocupação prende-se com o Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica. Não há dúvida que com a publicação e divulgação da lei, tem vindo mais à superfície a questão da violência doméstica. Se antes ocorria entre as quatro paredes, sob o olhar atento de muitos e no silêncio, hoje a sociedade está a adquirir a coragem de divulgar e julgo que este aumento de casos tem significado isso mesmo, que as pessoas estão a ganhar a coragem de denunciar os casos de violência doméstica.

Tem havido muitos casos em que o próprio Centro de Aconselhamento tem-se visto a braços, sem condições para ajudar a resolver e um dos problemas mais complicados é um centro de acolhimento para as vítimas da violência doméstica. Normalmente, quando há briga, nesta fase de conflito, é necessário que os casais ou os intervenientes, pelo menos durante algum tempo, fiquem separados até se conseguir a reconciliação. E muitas vezes o Centro de Aconselhamento, já se falava da criação de um espaço de acolhimento, mas até agora essa questão não está resolvida. Há um espaço no Centro de Aconselhamento que não tem sido suficiente. Albergar a vítima durante algumas horas e depois mandá-la para casa, seja marido seja mulher, o conflito pode não ficar dirimido.

A questão que se coloca é: qual é perspectiva do Ministério da Justiça, tendo em conta que em todos os orçamentos, nesse então nem sequer vi, fala-se da criação desse centro de abrigo e de acolhimento que até agora não existe.

A segunda questão prende-se com a «credibilização e melhoria de acessibilidade à justiça» que se fala aqui nas GOP. Temos constatado que entre a PIC, os Tribunais e mesmo a Polícia há uma certa falta de autoridade do Estado. A PIC denuncia os casos, remete aos Tribunais, muitas vezes a pessoa é condenada e, nos Tribunais, não se vê a gravidade da pena e liberta-se o infractor. Isto tem provocado uma quebra da autoridade por parte da PIC, por parte da Justiça. Refiro-me aos delinquentes que são apanhados e chegam ao Tribunal muitas vezes já com acusações. Dizem que não há muita gente no Tribunal que faz isso, o Sr. Ministro deve saber quem é a pessoa.

Já houve casos de tráfico de menores, em que as pessoas foram detidas e soubemos que o Tribunal mandou libertar, porque dizia que isso não era pena para se condenar. Todos sabemos o que significa tráfico de menor e foi uma coisa que criou muito alarido na sociedade.

Temos essa questão do abuso sexual de menores que está a ganhar estatuto de cidadania. Ainda na semana passada falou-se do caso de um pai que violou a filha, vizinhos que estão a violar crianças, casos complicados, se não se tomar medidas duras para debelar essas situações, será muito complicado.

Gostaria de fazer aqui um aparte para felicitar as autoridades pela condenação dos casos recentemente havidos, em que as pessoas foram exemplarmente condenadas, para poder ajudar a debelar essa situação.

A minha preocupação é, o que pensa fazer o Ministério da Justiça para evitar ou ajudar a minimizar esse conflito? Qualquer dia a PIC já não denunciará nenhum caso, porque se remete ao Tribunal o caso não é tomado em consideração. Dizem que têm receio de prender delinquentes, porque prendem e o Tribunal diz que não há crime e liberta-os. Os agentes se deparam com os delinquentes, que são capazes até de os

agredir, porque criaram uma situação que fez com que fossem vistos. Não sei se exprimi bem, mas a ideia é que há uma certa falta de autoridade do Estado na gestão desses conflitos que têm havido, sobretudo com os delinquentes, com os casos de violação de menores, com os casos de abuso sexual. Qualquer dia corremos o risco de chamar a PIC ou a Polícia e eles não se disponibilizarem, porque sabem que quando o processo chega aos Tribunais, ou morre ou os delinquentes não são acusados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — A Sra. Deputada fez aqui jus ao facto de ser eleita. Essa é a voz do povo que reclama pela justiça. É nessa perspectiva que este Governo, ciente desta situação, nas GOP, tem ideias muito claras no sentido de credibilizar o sector da Justiça, no sentido de fazer com que os cidadãos voltem a ganhar confiança na administração da Justiça.

Essa sensação de desconfiança reinante no sector da Justiça, esta falta de celeridade é de facto o ponto central da questão. Precisamos credibilizar o sector da Justiça para que os cidadãos comecem a ter uma outra visão, comecem a ganhar confiança e saber que têm um sector em que, quando os casos são colocados nos Tribunais, encontram uma solução célere, dentro dos parâmetros do Estado de Direito Democrático. É por isso que este Governo vai precisar da colaboração dos Srs. Deputados para, na oportunidade certa, lançar mãos às reformas que são necessárias para credibilizar o sector da Justiça.

É verdade que os Tribunais têm uma estrutura funcional diferente, normalmente os deputados são avaliados pelo seu mandato, durante 4 anos, o Governo também é avaliado no seu mandato, este Governo está sob a avaliação do povo, mas isso não acontece com os senhores juizes. Os juizes têm uma independência e a irresponsabilidade, o facto de não poderem ser condenados pela decisão que tomam. É verdade que a irresponsabilidade como princípio constitucional é um direito do Estado de Direito Democrático, não podem ser julgados ou condenados pela decisão que tomam, mas a má decisão que um juiz toma tem que ter consequência e é por essa consequência que vamos precisar da colaboração do povo, dos Srs. Deputados para que lancemos essa reforma, no sentido de começar efectivamente a haver a avaliação do desempenho dos juizes. Um juiz que decide mal terá que ser avaliado, terá que arcar com as consequências, dentro do limite constitucional.

Agora, é verdade que essa sensação de quando se prende, entrega-se ao juiz e se nota à falta de factos, a Sra. Deputada disse bem, conhecemos o juiz determinado que tem o tipo desta interpretação. Ele faz uma interpretação, enfim, com a devida vénia ao Sr. Juiz, é uma interpretação da qual muitas vezes em determinadas circunstâncias o próprio Ministério Público não concorda e recorre. Quando se põe em prisão preventiva, a grande questão é essa, pôr em prisão preventiva um determinado suspeito. Fica muito ao critério do legislador.

Portanto, é preciso conhecer outros elementos, é preciso desde logo que o crime, que um indivíduo comete, tenha a moldura penal superior a 3 anos e que, para além de a moldura penal ser superior a 3 anos, é preciso também que se preencha outros requisitos, perturbação do inquérito, continuação da prática criminosa, ou seja, é aí que os juizes normalmente se refugiam, dizendo que não há indícios, não há provas e nem estão preenchidos os requisitos, portanto, aguarda o julgamento em liberdade.

O que temos que fazer é a alteração legislativa, no sentido de ter muita atenção à norma social que esses casos colocam, sobretudo num momento deste, momento em que há a tendência de aumento de crimes de abuso sexual de menores. Não posso admitir que, perante indícios fortes, um violador de menores aguarde julgamento em liberdade. Sra. Deputada, eu também quero aqui juntar a minha vós à sua de que de facto, quando estamos perante indícios da prática de um crime cuja moldura penal é superior a 3 anos, que é o caso da violação, há de facto o alarme social, pode efectivamente um juiz aplicar a prisão preventiva, para esses senhores prevaricadores ficarem a aguardar o julgamento em prisão preventiva.

Temos que fazer a alteração legislativa e o sentido das GOP é a reforma do sistema judiciário, como também, e esta é a questão fundamental, retomar aquilo que é importante, como dizia no início da minha intervenção, todos nós estamos sob a avaliação do nosso desempenho. De 4 em 4 anos somos chamados outra vez a avaliar aquilo que fazemos e os Srs. Juizes também têm que ser avaliados. Vamos levar adiante a inspecção e avaliação dos Srs. Juizes, para que eles tenham que aplicar exclusivamente a lei, em nome do povo e não em outro nome.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Ministro, tomo boa nota desta última parte da sua intervenção, na medida em que se todos nós somos de alguma forma avaliados, fico feliz em saber que o Governo está determinado em avançar neste sentido, para o bem de todos nós que amamos este país.

Sr. Ministro, a minha preocupação vem pouco na senda da intervenção da Sra. Deputada Maria das Neves, tem a ver com a questão da violência doméstica e o abuso de menores.

Na minha modéstia, entendo que é mais do que uma acção correctiva como tal. Daí que, em primeiro lugar, gostaria de dizer que fiquei feliz ao ver a coragem de alguns juizes, nem sei quem foram, por terem aplicado uma pena exemplar àqueles marginais. Mais do que isso, acho que temos que ter um trabalho de

sensibilização ao nível nacional. Sei que em tempos o Instituto de Droga e Toxicoddependência fez um trabalho ao nível nacional, em relação ao consumo de drogas, e creio que o Ministério da Justiça devia lançar um trabalho de sensibilização deste tipo, mas voltado para a questão de esclarecimentos e a necessidade de denúncia de crimes de abusos sexuais e de violência doméstica.

Por não ter visto nada inscrito aqui, lembrei-me de repente de perguntar-lhe, Sr. Ministro, como é que vai a saúde do cofre da Justiça. Se estiver bem de saúde, de repente pode-se encontrar algum mecanismo para se desencadear uma campanha deste tipo, que é urgente e necessária.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — É só para dizer que concordo com a intervenção do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Ministro, isto significa que vai fazer?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Já estamos a fazer desde o momento que o Governo lançou, muito recentemente, uma política, na televisão e na rádio, da sensibilização contra a violência e contra os crimes de alta determinação sexual, os chamados crimes de abusos sexuais de menores. Acho que começamos e vamos continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sr. Ministro, caríssimos Deputados e caríssimas Deputadas, bom dia.

Sr. Ministro, na página 16 de 48, gostaria de obter uma explicação quanto à Polícia de Investigação Criminal. Vejo uma rubrica que é «Cooperação com a Interpol e regularização da dívida» e gostaria que o Sr. Ministro me explicasse o que isso significa. A nossa Polícia está a dever a Interpol?

Está-se a falar muito sobre a violência doméstica, de facto não podemos nos esquecer também do Instituto da Droga e da Toxicoddependência. Parece-me que a verba alocada a esse Instituto é também um tanto ao quanto insignificante, mas já ontem vimos que esses Institutos são financiados por outras instituições, nomeadamente o Sistema das Nações Unidas. Deve ser por isso que neste mesmo Instituto não veio nenhum plano de actividade e nenhum projecto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Excelente pergunta, Sr. Deputado. De facto, não é só com a Interpol. Infelizmente, o nosso Estado, dada à sua fragilidade económica, basta olhar o quadro geral daquilo que é a previsão do financiamento do nosso Orçamento Geral do Estado, é um país com debilidades económicas e financeiras e isso leva a que o Estado são-tomense continue, até hoje, a dever a muitas organizações e instituições internacionais.

O Governo, fundamentalmente, com a Interpol, está preocupado em regularizar essa situação. Vi a preocupação que os Srs. Deputados têm com a questão da violência doméstica, do abuso sexual de menores e com os crimes em geral, e gostaria de dizer-vos que São Tomé e Príncipe sozinho não vai conseguir enfrentar esse tipo de tendência actual da criminalidade, porque são crimes transnacionais e precisamos de ter a cooperação internacional, em matéria penal, que é fundamental. Daí a importância de uma entidade como a Interpol.

Acredito que estou num palco privilegiado e com toda a ressalva que estas questões do ponto de vista da segurança do Estado acarretam, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, há alguns meses, tivemos uma fragilidade ao nível internacional, pelo facto de não pagar a cota da Interpol. A Interpol é uma polícia internacional que ajuda, mas infelizmente a situação é esta, temos dívidas, mas estamos preocupados e começamos a fazer acções concretas. É por isso que esta questão está aqui para regularização.

Sr. Deputado, pela primeira vez na história do nosso país, já que isto tem a ver com a relação entre a Polícia e a Interpol, o Director da Polícia de Investigação Criminal tem acesso a todos os países, porque está credibilizado, está acreditado com um passaporte que lhe permite trocar informações e sair sem a necessidade de visto. Este é o sinal do trabalho que estamos a fazer, no sentido de continuar a contar com os nossos parceiros internacionais para o combate à criminalidade.

Sr. Deputado, relativamente à outra questão, escapou-me e peço-lhe o favor de repetir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Era no sentido de o Sr. Ministro fazer algum comentário sobre o Instituto da Droga, porque estamos a falar sempre sobre esta questão. Na realidade todos sabemos que muitos desses delinquentes cometem esses delitos sobre o efeito de substâncias psicotrópicas e ilícitas e era necessário também, ao nível desse Instituto, fazermos algum reforço ou alguma campanha de sensibilização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — É também uma boa colocação.

Com base nas estatísticas, hoje o consumo de todo o tipo de drogas, mesmo as lícitas, como o alcoolismo, passando por aquelas mais pesadas, constitui ao nível mundial uma preocupação e o nosso país não foge à regra.

É verdade que quando analisamos a questão da criminalidade, há vários indicadores que dizem também que a droga constitui um factor catalisador de as pessoas praticarem acções criminais. Olhando para o orçamento, também teria a mesma leitura que Vossa Excelência fez, mas esta é a nossa realidade, pese embora a realidade orçamentária que temos. Essa é uma questão transnacional, a droga é vista pelos nossos parceiros internacionais como uma questão que deve ser tratada globalmente.

Os Estados-membros, através das cooperações e acordos que assinamos com as Nações Unidas, têm acções que serão feitas com o exclusivo financiamento das entidades internacionais que são vocacionadas para o combate, a prevenção e a luta contra a droga e crimes transnacionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador Afonso.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, trago aqui uma preocupação com relação ao Ministério da Justiça, na página 14 de 48.

Primeiramente gostaria de encorajar o Sr. Ministro e felicitá-lo pela coragem e grande decisão em matéria de Justiça, como acabou de sublinhar.

A minha primeira preocupação é: quando é que se está a pensar em dignificar essa Justiça?

A segunda é sobre o que lhe falava, na página 14 de 48, com relação à Justiça propriamente. Gostaria de levantar a questão de fiscalização dos magistrados, porque relativamente a essa questão, e já é uma questão que foi levantada aqui por variadíssimas vezes, acho que é a preocupação de todos, termos uma justiça credível. Infelizmente, e se calhar por falta dessa fiscalização, percorrendo este orçamento, nada se fala em relação à fiscalização dos magistrados. Se calhar o Sr. Ministro nos poderá trazer algum pormenor, para que possamos compreender, se efectivamente se pensa ou o que poderá estar previsto, quando sabemos que algumas alocações podem vir de um ou de outro lado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — As suas palavras tocaram-me e quero agradecer-lhe.

O nosso sucesso dependerá, em alguma medida, também da fiscalização que Vossas Excelências, do ponto de vista profissional, farão sobre a acção governativa e o nosso sucesso será o sucesso deste povo, que é o povo são-tomense.

Relativamente à pergunta que faz, Sr. Deputado, do ponto de vista jurídico-legal, não é necessário a dotação de nenhuma verba para que se possa fazer a fiscalização dos magistrados. Nos termos da Lei 13/2008 e da Lei 14/2008, refiro-me ao Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, a acção inspectiva e avaliativa dos magistrados. Porquê? Porque à luz desses dois diplomas, está consagrada a obrigatoriedade.

Existem os serviços de inspecção que devem realizar as inspecções aos serviços dos magistrados. É uma actividade que não é remunerada, portanto, são inspectores que não são remunerados e devem fazer esse serviço. O que está a acontecer é que a inspecção judicial não está a ser feita. Estamos a trabalhar agora e é verdade que tivemos uma inspecção feita nos serviços do Ministério Público já há alguns anos e nos deu vários indicadores. É por isso que temos a noção exacta daquilo que é a realidade dos Tribunais e do Ministério Público, mas volvidos esses anos todos nunca mais tivemos avaliação. Já tivemos informações, quer da parte do Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, quer da parte do Sr. Procurador-Geral da República, de que se vai iniciar a inspecção nos serviços de Ministério Público e dos Tribunais.

Portanto, estamos atentos e esperamos que essas organizações sejam feitas, o mais brevemente possível, para termos elementos fundamentais e também, quer do ponto de vista dos serviços dos Tribunais, quer do ponto de vista da avaliação do desempenho dos magistrados, que o Governo tenha elementos para levar adiante esta reforma que pretendemos. Só através de elementos factuais e concretos podemos concluir, num sentido ou noutro, no caso da reforma que pretendemos.

Só para concluir, por exemplo, quando se fala de uma inspecção nos serviços dos Tribunais, deveríamos ter os dados, nomeadamente a quantidade do processo possível que uma acção executiva. Por exemplo, falamos hoje em termos financeiros. O Sr. Deputado sabe que muitos bancos hoje criticam a questão do crédito mal parado. Porquê? Porque há morosidade dos Tribunais. Os Tribunais não decidem dentro do prazo, até num processo de execução de uma acção executiva que devia ser célere. Esses elementos vão ser necessários para avançamos numa reforma da acção executiva.

Temos um Código do Processo Civil novo e várias tramitações. Só nesse processo de código, em termos das diligências que estão dentro e com alguma acção coordenada e declarativa, são quase 2 anos para que o processo finde.

Aí sim vamos também precisar da colaboração das Sras. e dos Srs. Deputados, no sentido de todos os elementos factuais que temos, lançarmos também mãos à reforma do Código do Processo Civil, de forma que possamos ter um sistema que dentro de um prazo razoável possa resolver os litígios, nesse caso concreto a recuperação do crédito no caso da acção executiva.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos concluir a auscultação do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail da Glória.

O Sr. **Esmail da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, vejo aqui orçamentado, na página 17 de 48, verba para uma matéria que é preocupante, relativamente à informatização dos serviços jurídicos. Acho que isto é bastante importante para a efectivação dos serviços. Está orçamentado, para um conjunto de itens, 96 milhões, mas acho que para esse serviço informático e o serviço de arquivo central já vem a dar esse valor.

Não sei se o Sr. Ministro não precisaria aqui de mais algum reforço, tendo em conta a necessidade que temos de ter esse mesmo serviço actualizado, na medida em que o processo civil e criminal sofre, por vezes, algum desacato dentro dos nossos serviços jurídicos. Esta é a minha preocupação, Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Sr. **Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Deputado, se Vossa Excelência quiser dar mais, recebo. A pergunta que faz, desde logo, Sr. Deputado, é de uma relevância jurídica muito importante, porquê? Porque quando falamos da informatização dos serviços, cá está a base do sucesso, se me permite também aqui dar um exemplo tão simples quanto é importante a informatização dos serviços, e aquilo que esta acontecer numa região muito semelhante à nossa, uma cidade do Brasil, em que depois de alguns estudos, entenderam que a tal avaliação do desempenho deveria ser através do sistema informático. Já não seria o homem a avaliar o desempenho dos serviços, mas o *software* criado, de forma que pudesse ser esse serviço a fazer esta avaliação.

Portanto, aqui evitaria vários problemas. Sabe que um país como o nosso, e aquela região também é semelhante à nossa, quando é um primo, a família, um conhecido ou o vizinho de lado a fazer a avaliação, há sempre aquela tendência de parcialidade, no exercício dessa função, mas quando é uma máquina a fazer essa avaliação, através do serviço informático, as pessoas não vão questionar. Se um determinado magistrado tinha 2 dias para decidir e decidiu no quarto dia, a máquina vai dizer, meu amigo, você decidiu fora do prazo e já começa a contar uma nota negativa do seu desempenho.

Portanto, Sr. Deputado, acho que nas GOP o Governo definiu como prioritário a informatização de toda a rede da Administração. É um processo, pelo menos está no Programa do Governo e, paulatinamente, acredito que com mais receitas avançaremos para este lado, com todas as suas vantagens, essa é uma, mesmo em termos de serviços da Administração Pública. Há vários aspectos que a informática nos ajuda, tanto a nível nacional como internacionalmente.

O Sr. **Presidente**: — Podemos considerar concluída a auscultação ao Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Srs. Deputados.

Sr. Ministro, obrigado por ter vindo à Assembleia Nacional. O seu orçamento não moveu nenhuma vírgula.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 30 minutos.